



Disponibilizado no D.E.: 04/04/2025  
Prazo do edital: 10/04/2025

**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Rio Grande do Sul**  
**23ª Vara Federal de Porto Alegre**

Rua Octávio Francisco Caruso da Rocha, 600, 4º andar, ALA NORTE - Bairro: Centro - CEP: 90010-395 - Fone: (51)3214-9465 - www.jfrs.jus.br - Email: rspoa23@jfrs.jus.br

**EXECUÇÃO FISCAL Nº 5011280-41.2018.4.04.7100/RS**

**EXEQUENTE:** UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

**EXECUTADO:** ELLEN IRMA GEBHARDT PERES (ESPÓLIO)  
**ADVOGADO(A):** FERNANDO GOMES (OAB RS020051)

**EXECUTADO:** ERNA ANA GEBHARDT TREICHEL (ESPÓLIO)  
**ADVOGADO(A):** FERNANDO GOMES (OAB RS020051)

**EXECUTADO:** GUISELA SUSANE GEBHARDT WILHELM

**EXECUTADO:** JORGE EURICO GEBHARDT PERES  
**ADVOGADO(A):** FERNANDO GOMES (OAB RS020051)

**EXECUTADO:** RICARDO JACO GEBHARDT

**EXECUTADO:** ERNI ALFREDO GEBHARDT

**EXECUTADO:** GMT - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**EXECUTADO:** T.W. MOVEIS DESIGN LTDA - ME

**EXECUTADO:** UNIVERSO - EXECUCAO DE PROJETOS EM METAL E MADEIRA LTDA

**EXECUTADO:** GTP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP

**EXECUTADO:** METALÚRGICA UNIVERSO LTDA

**ADVOGADO(A):** MAYARA LOUREIRO DOS SANTOS (OAB RS116840)

**ADVOGADO(A):** MARI LOURDES MACHADO GUERRA (OAB RS018678)

**ADVOGADO(A):** MARLON ALBO LIMA (OAB RS124392)

**ADVOGADO(A):** MANOEL TARRIO GANDARA (OAB RS032951)

**APENSO(S) ART.28 LEF:** 5011929-06.2018.4.04.7100, 5011935-13.2018.4.04.7100, 5011940-35.2018.4.04.7100

**EDITAL Nº 710022157183**

O Juízo da 23ª Vara Federal da Porto Alegre/RS **FAZ SABER** a todos quantos virem o presente edital ou dele tiverem conhecimento que levará à venda em leilões públicos os bens penhorados neste processo, nos seguintes termos.

**OS BENS INCLUÍDOS NO LEILÃO**

**Descrição dos bens:**

**Item 01)** A casa, residencial de alvenaria, sob número 90 da Rua Cristóvão Pereira, Passo da Areia, Porto Alegre/RS e um prédio em construção, também de alvenaria, próprio para depósito, da mesma rua, com todas as suas dependências, benfeitorias, instalações e o respectivo terreno que mede 45,10m de frente, ao leste, à dita rua, distanciado 30,00m da esquina da rua Brito Peixoto, por 26,00m de extensão da frente aos fundos, por ambos os lados, medindo nos fundos a mesma largura da frente e onde entesta, ao oeste, com os fundos dos lotes 18, 19, 20 e parte do 21, respectivamente, de propriedade de Odette Ramos Galina, Adelino Luiz Giugno, Cristóvão Worb e Grzegorz Ostrowski. OBS.: Conforme avaliação, sobre o imóvel contém um galpão em



Disponibilizado no D.E.: 04/04/2025  
Prazo do edital: 10/04/2025

**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Rio Grande do Sul**  
**23ª Vara Federal de Porto Alegre**

alvenaria bastante antiga e serve como oficina. Imóvel matriculado sob o nº 45.754, no Registro de Imóveis da 4ª Zona da Comarca de Porto Alegre/RS. Avaliado em R\$ 4.275.000,00 (quatro milhões, duzentos e setenta e cinco mil reais), em 21 de junho de 2024.

**Item 02)** (ÁREA 05) – UM TERRENO, com área superficial de vinte e dois mil, quinhentos e vinte e três metros quadrados sessenta e seis decímetros quadrados e oitenta e quatro centímetros quadrados (22.523,6684m<sup>2</sup>), situado no lugar denominado ESTÂNCIA GRANDE, distrito sede do município de Alvorada/RS, zona urbana; medindo noventa e três metros e quinze centímetros (93m15) de frente a NE, com Avenida Arno da Silva Feijó (antiga Estrada RS-18, que liga Viamão a Gravataí), a SE, por um dos lados, medindo duzentos e quatorze metros e trinta e quatro centímetros (214m34), confrontando-se com Propriedade da Prefeitura Municipal de Alvorada; a SO, pelos fundos, medindo cento e vinte e dois metros e quinze centímetros (122m15), confronta-se com Área 04; a NO, pelo outro lado, em linha reta, medindo duzentos e quatro metros e quarenta e nove centímetros (204m49), confronta-se com a Área 02; distante quatrocentos e vinte e cinco metros e oitenta e cinco centímetros (428m85), em linha curva, do vértice mais próximo do bicel, formado pela Avenida Arno da Silva Feijó (antiga Estrada RS-18, que liga Viamão a Gravataí) e a Estrada Diogo de Barcellos (antiga Estrada da Palha). OBS.: Conforme avaliação, o imóvel está situada dentro da “Mancha de Inundação” da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí. Foi diligenciado, junto à Prefeitura Municipal de Alvorada, Setor de Planejamento Urbano e na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, onde fui informado, que boa parte do território do Município está abrangido pela Mancha de Inundação do Rio Gravataí. Em tal área (conforme declaração dos técnicos da Prefeitura Municipal (SMAM), Sr. Filipe Bohns, Engenheiro Civil e Sra. Joseane Souza de Oliveira, Geóloga) NÃO PODE SER EDIFICADO/CONSTRUÍDO NOVOS EMPREENDIMENTOS, PERMITIDA TÃO SOMENTE A REGULARIZAÇÃO DE ALGO JÁ EXISTENTE. Ainda, em conversa com o Sr. Mario Ferreira, lindeiro, este afirmou que no local só utiliza a área para pecuária (criação de búfalos). Segundo este, sempre que chove demais, em razão das cheias do Rio Gravataí, ele necessita remover os animais para a parte mais alta de sua área de terras e disse que é inviável praticar outras culturas e que apenas mantém o gado na área. Ainda, em outras propriedades próximas, a situação é idêntica, sejam elas com atividades rurais (propriedade vizinha) e/ou industriais (empresa Tok Glass). Características da Área: área com pouco mais de vinte e dois mil metros quadrados (2.2 hectares). Ainda, em tal área existe plantação de eucaliptos em sua maior parte. Trata-se de área plana, alagadiça, com nível abaixo do nível da estrada. Imóvel matriculado sob o nº 61.887, do Registro de Imóveis de Alvorada/RS. Avaliado em R\$ 56.310,00 (cinquenta e seis mil, trezentos e dez reais), em 07 de junho de 2024.

**Ônus, débitos ou ações pendentes sobre os bens: Item 01)** Consta Hipoteca em favor de BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE; Penhora nos autos nº 21.220 (5000293-12.2003.8.21.0003), em favor de ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Alvorada/RS; Penhora nos autos nº 107316185, em favor de ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, em trâmite na 6ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS; Penhora nos autos nº 003/1.03.0012955-2 (5000235-09.2003.8.21.0003), em favor de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Alvorada/RS; Penhora nos autos nº 003/1.03.0012198-8, em favor de UNIÃO –

5011280-41.2018.4.04.7100 710022157183.V2



Disponibilizado no D.E.: 04/04/2025  
Prazo do edital: 10/04/2025

**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Rio Grande do Sul**  
**23ª Vara Federal de Porto Alegre**

FEDERAL, em trâmite na Vara Cível da Comarca de Alvorada/RS; Penhora nos autos nº 003/1.06.0002400-4, em favor de UNIÃO, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Alvorada/RS; Penhora nos autos nº 003/1.12.0002319-0 (5000242-83.2012.8.21.0003), em favor de ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Alvorada/RS; Penhora nos autos nº 001/1.09.0076173-7 (5006560-93.2009.8.21.0001), em favor de MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE/RS, em trâmite no 1º Juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS; Indisponibilidade de Bens nos autos nº 003/1.09.0001032-7 (5000594-46.2009.8.21.0003), em favor de ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Alvorada/RS; Indisponibilidade de Bens nos autos nº 003/1.12.0000499-3 (5000463-66.2012.8.21.0003), em favor de MUNICÍPIO DE ALVORADA/RS, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Alvorada/RS; Penhora nos autos nº 003/1.04.0001390-4 (5000035-65.2004.8.21.0003), em favor de UNIÃO – FAZENDA NACIONAL, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Alvorada/RS; Penhora nos autos nº 5022861-58.2015.4.04.7100, em favor de UNIÃO – FAZENDA NACIONAL, em trâmite 23ª Vara Federal de Porto Alegre/RS; Penhora nos autos nº 5066442-84.2019.4.04.7100, em favor de UNIÃO – FAZENDA NACIONAL, em trâmite 19ª Vara Federal de Porto Alegre/RS; Indisponibilidade de Bens nos autos nº 0015518-35.2018.8.21.0003 (5001643-10.2018.8.21.0003), em favor de MUNICÍPIO DE ALVORADA/RS, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Alvorada/RS; Penhora nos autos nº 5044220-88.2020.4.04.7100, em favor de UNIÃO – FAZENDA NACIONAL, em trâmite na 23ª Vara Federal de Porto Alegre/RS; Penhora nos autos nº 5098998-42.2019.4.04.7100, em favor de UNIÃO – FAZENDA NACIONAL, em trâmite na 23ª Vara Federal de Porto Alegre/RS; Penhora e nos autos nº 5051284-57.2017.4.04.7100, em favor de UNIÃO – FAZENDA NACIONAL, em trâmite na 23ª Vara Federal de Porto Alegre/RS; Indisponibilidade de Bens nos autos nº 5018952-39.2021.8.21.0003, em favor de MUNICÍPIO DE ALVORADA/RS, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Alvorada/RS; Indisponibilidade de Bens nos autos nº 5009723-55.2021.8.21.0003, em favor de MUNICÍPIO DE ALVORADA/RS, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Alvorada/RS; Indisponibilidade de Bens nos autos nº 5000463-66.2012.8.21.0003, em favor de MUNICÍPIO DE ALVORADA/RS, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Alvorada/RS; Indisponibilidade de Bens nos autos nº 5036204-95.2020.8.21.0001, em favor de MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE/RS, em trâmite no 2º Juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS; Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária. Constam débitos de IPTU em aberto no valor de R\$ 448.675,42, em março de 2025. **Item 02)** Consta Hipoteca em favor de BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A; Indisponibilidade de Bens nos autos nº 003/1.09.0001032-7 (5000594-46.2009.8.21.0003), em favor de ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Alvorada/RS; Indisponibilidade de Bens nos autos nº 003/1.12.0000499-3 (5000463-66.2012.8.21.0003), em favor de MUNICÍPIO DE ALVORADA/RS, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Alvorada/RS; Penhora nos autos nº 5059928-23.2016.4.04.7100, em favor de UNIÃO – FAZENDA NACIONAL, em trâmite na UNIÃO – FAZENDA NACIONAL, em trâmite na 23ª Vara Federal de Porto Alegre/RS; Indisponibilidade de Bens nos autos nº 0015518-35.2018.8.21.0003 (5001643-10.2018.8.21.0003), em favor de MUNICÍPIO DE ALVORADA/RS, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Alvorada/RS; Penhora nos autos nº 5022861-58.2015.4.04.7100, em favor de UNIÃO – FAZENDA NACIONAL, em



Disponibilizado no D.E.: 04/04/2025  
Prazo do edital: 10/04/2025

**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Rio Grande do Sul**  
**23ª Vara Federal de Porto Alegre**

trâmite 23ª Vara Federal de Porto Alegre/RS; Penhora nos autos nº 5044220-88.2020.4.04.7100, em favor de UNIÃO – FAZENDA NACIONAL, em trâmite na 23ª Vara Federal de Porto Alegre/RS; Indisponibilidade de Bens nos autos nº 5018952-39.2021.8.21.0003, em favor de MUNICÍPIO DE ALVORADA/RS, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Alvorada/RS; Indisponibilidade de Bens nos autos nº 5009723-55.2021.8.21.0003, em favor de MUNICÍPIO DE ALVORADA/RS, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Alvorada/RS; Indisponibilidade de Bens nos autos nº 5000463-66.2012.8.21.0003, em favor de MUNICÍPIO DE ALVORADA/RS, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Alvorada/RS; Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária. Consta débitos de IPTU em aberto no valor de R\$ 596.203,68, em março de 2025.

**Avaliação:** R\$ 4.331.310,00 (quatro milhões, trezentos e trinta e um mil, trezentos e dez reais) em 21 de junho de 2024.

**Localização dos bens:** Conforme descrição acima.

**Depositário:** Não informado.

**Observação:** os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram e sem garantia.

**DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO DO LEILÃO**

**PRIMEIRO LEILÃO (art. 886, IV, do CPC): dia 13 de maio de 2025, com encerramento a partir das 11 horas, conforme observação.** Os lances poderão ser oferecidos, em primeiro leilão, desde o momento do lançamento do lote no site da leiloeira, até o horário do encerramento, pela melhor oferta, desde que igual ou superior ao valor mínimo previsto neste edital. Não sendo verificados lances em primeiro leilão, o leilão permanecerá aberto até a data do segundo leilão.

**SEGUNDO LEILÃO (art. 886, V, do CPC): dia 27 de maio de 2025, com encerramento a partir das 11 horas, conforme observação.** Haverá alienação do bem, em segundo leilão, pela melhor oferta, desde que igual ou superior ao valor mínimo previsto neste edital, considerado preço vil para os fins do CPC, art. 891.

**REPASSE** (aplicável ao primeiro e ao segundo leilão): Os bens em relação aos quais não houver oferta de qualquer lance, até o horário previsto para o encerramento do leilão, serão apregoados, novamente, em "repasso", por um período adicional de 1 hora, após 15 (quinze) minutos do término do pregão de todos os lotes. Durante a hora adicional em questão, de "repasso", observar-se-ão, para realização de lances, etc, as mesmas regras estipuladas para o pregão propriamente dito.

**OBSERVAÇÃO:** Os lotes serão encerrados de modo escalonado, a cada 2 minutos, sendo o encerramento do lote 01 às 11 horas, o encerramento do lote 02 às 11h02min, e assim sucessivamente até o último lote. Tanto no primeiro quanto no segundo leilão, bem como no repasse, sobrevindo lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao horário



Disponibilizado no D.E.: 04/04/2025  
Prazo do edital: 10/04/2025

**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Rio Grande do Sul**  
**23ª Vara Federal de Porto Alegre**

de fechamento do pregão ou ao horário de encerramento do repasse, será prorrogado em 3 (três) minutos a cada lance novo, para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances (CNJ, Resolução n.º 236/2016, art. 21).

**LOCAL (art. 886, IV, do CPC):** O leilão será realizado apenas por meio eletrônico, via site [www.leiloesjudiciaisrs.com.br](http://www.leiloesjudiciaisrs.com.br).

**DESIGNAÇÃO DA LEILOEIRA**

Com base no art. 883 do CPC, foi nomeada para o encargo a leiloeira Joyce Ribeiro, matriculada na Junta Comercial/RS sob n.º 222, telefones 0800-707-9272 e (51) 98143-8866, e-mail contato@leiloesjudiciais.com.br.

**DILIGÊNCIAS A SEREM REALIZADAS PELA LEILOEIRA**

Deverá a leiloeira verificar a localização e o estado dos bens penhorados, facultada a remoção, às suas expensas, para fins da realização do leilão. Contudo, constatando, em suas diligências, a inviabilidade de arrematação dos bens penhorados, caberá à leiloeira informar nos autos, abstendo-se de efetuar a remoção. Da informação, será intimada a parte exequente para manifestar-se sobre a eventual desconstituição da penhora e o prosseguimento dos atos constritivos.

Fica autorizada a Leiloeira a vistoriar e fotografar o(s) bem(ns) constrito(s) de forma externa e interna, e inclusive a acessar as áreas comuns no caso de imóvel(eis) em Condomínio. Em caso de resistência/impedimento, deverá o(a) Leiloeiro(a) comunicar a situação nos autos.

Caberá à leiloeira cientificar do leilão judicial, com antecedência, todos os terceiros mencionados no CPC, art. 889, incisos II a VIII, bem como o cônjuge, quando necessário. Fica desde já autorizada a leiloeira a diligenciar, caso necessário, nos Cartórios de Registro de Imóveis, DETRAN, Administradora de Condomínio, Prefeitura e outros órgãos para obtenção das matrículas/certidões atualizadas de ônus/situação do bem, ou do andamento de processos em que há penhoras concorrentes ou pedido de reserva de crédito preferencial, independentemente de recolhimento de custas ou emolumentos (art. 39 da LEF). A documentação solicitada deverá ser entregue pelos órgãos competentes à leiloeira no prazo de 5 (cinco) dias.

Como parte do seu *munus*, caberá à leiloeira divulgar a realização do leilão nos meios de comunicação típicos dos mercados dos respectivos bens, informando o site da internet e o que mais for necessário para o leilão eletrônico.

Para a realização do ato aplicam-se as seguintes condições, com base no §1º do art. 880 do CPC.

**REGRAS GERAIS DO LEILÃO**



Disponibilizado no D.E.: 04/04/2025  
Prazo do edital: 10/04/2025

**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Rio Grande do Sul**  
**23ª Vara Federal de Porto Alegre**

O edital de leilão será publicado no prazo do §1º do art. 22 da LEF, no site do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

A parte executada será intimada desta decisão por intermédio de seu(sua) procurador(a). Caso não tenha procurador(a) constituído(a) nos autos, a parte executada será intimada ou por meio de carta com aviso de recebimento enviada via Correios ao endereço informado no processo, ou por Oficial de Justiça (art. 889, I, do CPC). Caso frustrados esses meios, a parte executada será considerada intimada pela publicação deste edital, conforme art. 889, parágrafo único, do CPC.

No caso de penhora de bem ofertado por terceiro, deverá este ser intimado para remir o bem no prazo de 15 dias (art. 19, I, da LEF).

O coproprietário, meeiro ou titular de outro direito sobre bem imóvel, como credor hipotecário, credor fiduciário, promitente comprador com contrato registrado na matrícula, também deverá ser intimado do leilão por meio de carta com aviso de recebimento enviada via Correios ao endereço disponível no processo ou constante do sistema informatizado da Justiça Federal. Caso frustrada a intimação postal, deverá ser intimado por mandado judicial ou carta precatória.

Considerando-se que a expropriação judicial é forma de aquisição originária da propriedade, os imóveis serão arrematados livres de débitos tributários (que se sub-rogam no preço) e de ônus que eventualmente gravem as respectivas matrículas, cujo levantamento será providenciado por este Juízo.

Os débitos de condomínio, as custas de arrematação e a comissão da leiloeira correrão por conta do(a) arrematante.

Acaso reste suspenso o leilão em decorrência de pagamento ou de parcelamento, responderá a parte executada pelas despesas da leiloeira, arbitradas em 2% (dois por cento) do valor da avaliação ou da dívida, o que for menor (cópia deste edital poderá servir como título para a cobrança/protesto), não podendo o valor resultante exceder R\$ 10.000,00 (dez mil reais), definido como o teto máximo do ressarcimento devido. De outro lado, não haverá ressarcimento à leiloeira nos casos em que o leilão não for realizado em virtude de requerimento da parte exequente.

Todas as pessoas físicas capazes e jurídicas legalmente constituídas poderão oferecer lance, devendo a leiloeira observar as restrições dos incisos do art. 890 do CPC.

Será vencedor o maior lance.

### **CONDIÇÕES DE PARCELAMENTO**

Existindo reserva de quota-parte de cônjuge ou coproprietário(a) não executado sobre o bem, o(a) arrematante deverá depositar, à vista, o montante equivalente à quota-parte, calculada sobre o valor da avaliação; o parcelamento do saldo que sobejar obedecerá às seguintes regras.



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Rio Grande do Sul**  
**23ª Vara Federal de Porto Alegre**

O parcelamento será admitido em duas situações:

a) imóveis em execuções fiscais promovidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a requerimento expresso desta, inclusive execuções da dívida ativa do INSS, com base no artigo 98 da Lei n.º 8.212/91, com redação que lhe deu a Lei n.º 9.528, de 10 de dezembro de 1997, sendo o parcelamento disciplinado pela Portaria n.º 1.026/2024;

b) veículos automotores, em caso de venda direta, sendo que somente se admitirá o parcelamento do lance em até 6 (seis) parcelas iguais e sucessivas, acrescidas da Taxa SELIC, observadas as demais regras no tópico específico da venda direta.

O parcelamento do valor da arrematação será limitado ao montante da dívida objeto da execução.

Em caso de bem imóvel, até a expedição da carta de arrematação, o arrematante deverá continuar depositando, mensalmente, as parcelas que vierem a vencer, mediante Documento de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais (DJE), utilizando o código de receita n.º 4396. Os valores depositados por meio de DJE permanecerão à disposição do Juízo até que seja expedida a carta de arrematação. Após a emissão da carta de arrematação, os valores deverão ser recolhidos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), utilizando o código de receita n.º 7739. Se o arrematante deixar de pagar no vencimento qualquer uma das parcelas mensais, o parcelamento será rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor remanescente, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa de mora, conforme § 6º do art. 98 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991. Enquanto não for quitado o lance, constará registro de hipoteca na matrícula do imóvel.

Ocorrendo a rescisão do parcelamento do lance de bem imóvel, o crédito será inscrito em dívida ativa e executado, se for o caso, indicando-se à penhora o imóvel hipotecado. A inscrição em dívida ativa do débito decorrente do saldo remanescente do parcelamento não quitado será de responsabilidade da unidade da PGFN correspondente ao domicílio do arrematante.

**REGRAS ESPECÍFICAS DO LEILÃO DE IMÓVEIS**

O lance mínimo tanto no primeiro leilão, quanto no segundo leilão será de 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação (art. 891 do CPC).

A comissão da leiloeira é de 6% (seis por cento) do valor do lance.

Para lances inferiores e/ou iguais a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) somente será admitido pagamento À VISTA.

Para expedição da carta de arrematação de bem imóvel, deverá ser comprovado o pagamento do ITBI e o recolhimento das custas de arrematação.



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Rio Grande do Sul**  
**23ª Vara Federal de Porto Alegre**

A carta de arrematação determinará o cancelamento da penhora realizada por este Juízo, bem como de quaisquer outros ônus registrados ou averbados na matrícula do imóvel.

Em caso de pagamento parcelado do lance, na matrícula do imóvel será averbada hipoteca em favor da parte exequente, a ser mantida até comprovação da integralização do lance. O arrematante tomará a posição de devedor da União - Fazenda Nacional, servindo o próprio bem arrematado como garantia do débito. O valor da primeira prestação deverá ser depositado no ato da arrematação e será considerado como pagamento parcial, devendo o saldo ser dividido pelo número de meses restantes.

Tratando-se de penhora de fração ideal ou de bem sujeito a meação ou copropriedade, o leilão atingirá a integralidade do bem, sendo reservado do produto do lance o valor correspondente à cota de copropriedade.

Tratando-se de vaga de garagem, em condomínio, deve-se observar a exigência de expressa autorização, em convenção de condomínio, para aquisição por terceiros não condôminos, nos termos do Código Civil, art. 1.331, § 1º, segundo o qual os abrigos para veículos não poderão ser alienados ou alugados a pessoas estranhas ao condomínio, salvo autorização expressa na convenção de condomínio. Não havendo comprovação, nos autos, de expressa autorização do condomínio, a hasta pública ocorrerá no universo limitado dos demais condôminos (REsp 2.008.627/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, 2ª T., j. em 13/9/2022, DJe de 20/9/2022), isto é, somente estes estarão habilitados a apresentar lances e arrematar o bem. Nesse caso, eventuais lances oferecidos poderão ser desconsiderados pelo(a) leiloeiro(a).

**REGRAS ESPECÍFICAS DO LEILÃO DE BENS MÓVEIS**

Em quaisquer dos leilões não poderá ser aceito lance inferior aos seguintes limites mínimos, com base no art. 891 do CPC:

**a)** Veículos automotores em geral: 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação;

**b)** Outros bens móveis: 40% (quarenta por cento) do valor da avaliação.

A comissão da leiloeira é de 10% (dez por cento) do valor do lance.

O pagamento será feito mediante caução de 20% (vinte por cento) do lance vencedor, por meio de um depósito a ser comprovado no prazo de até dois dias úteis, e um depósito do restante em até cinco dias úteis. Não paga nesse prazo a integralidade do lance, será perdida a caução em favor da parte exequente (art. 897 do CPC), como indenização pelo retardamento do leilão, que deverá ser refeito. Caberá à leiloeira controlar a integralização do pagamento.

Em se tratando de veículos, o(a) arrematante receberá os bens livres de penhoras, multas, taxas de licenciamento e IPVA atrasados.



Disponibilizado no D.E.: 04/04/2025  
Prazo do edital: 10/04/2025

**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária do Rio Grande do Sul**  
**23ª Vara Federal de Porto Alegre**

A carta de arrematação de bens móveis somente será expedida após a comprovação da integralização do lance e o recolhimento das custas de arrematação.

**VENDA DIRETA**

Restando negativa a tentativa de alienação em hasta pública, fica desde já autorizada a venda direta dos bens penhorados, observando-se as regras já fixadas e mais o seguinte:

**a)** O prazo para promover a venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 (quinze) dias cada, devendo as propostas serem apresentadas diretamente à Leiloeira. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, por mais um prazo de 15 dias e assim, sucessivamente, até o final do prazo determinado;

**b)** A venda direta de imóveis poderá ser realizada de forma parcelada, desde que respeitadas as regras específicas antes fixadas para tanto;

**c)** O pagamento das parcelas do lance de veículos automotores deverá ser feito mediante depósito judicial em conta vinculada a este processo e aberta na agência 0652 da Caixa Econômica Federal quando do primeiro recolhimento;

**d)** O veículo será gravado com restrição à transferência via sistema Renajud enquanto não for integralizado o lance;

**e)** Em caso de venda parcelada, somente após a comprovação da integralização do lance ocorrerá a liberação do veículo ao(à) arrematante.

Intimem-se.

---

Documento eletrônico assinado por **FRANCISCO DONIZETE GOMES, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **710022157183v2** e do código CRC **e52d7686**.

Informações adicionais da assinatura:  
Signatário (a): FRANCISCO DONIZETE GOMES  
Data e Hora: 02/04/2025, às 17:29:24

---

**5011280-41.2018.4.04.7100**

**710022157183 .V2**